



XVIII SIMPURB
Simpósio Nacional
de Geografia Urbana
2024 Niterói

Uma agenda para
a democratização
da cidade

3 a 7 DEZ

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha

GT – 22: Urbanização e cidades na era digital: desigualdades e resistências

NEOLIBERALISMO E DIGITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL¹

Carolina Jamar Neves Maciel

Mestranda em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas, UFF
carolinajamar@id.uff.br

Maria do Socorro Bezerra de Lima

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas
Públicas, UFF
msblima@id.uff.br

RESUMO: A presente proposta de pesquisa tem como objetivo analisar a transformação digital do governo e dos serviços públicos no Brasil no contexto político-econômico neoliberal. Para isso, a pesquisa está dividida em duas etapas: 1) análise sobre a configuração atual do meio técnico-científico-informacional pautado no mercado de dados. 2) Caracterização e identificação da capacidade estatal em TIC e habilidades digitais e usos de tecnologias pela população. Trata-se de uma pesquisa exploratória, sob uma abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e nos banco de dados digitais do governo. Como resultados foi constatado que apesar de o objetivo da transformação digital do governo ser incentivar a participação popular, constatou-se duas barreiras: 1) a qualidade de conexão à internet. 2) Significativo número de pessoas que não estão conectadas à rede.

Palavras-chave: Governo digital, exclusão digital, digitalização do território

¹ Bolsa de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido no contexto do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2006), que desde o início do século XXI, tem como base a coleta e armazenamento de dados pessoais (ZUBOFF, 2020). No contexto brasileiro, esse processo é caracterizado pela extração de dados pessoais de diversos segmentos da população para alimentar os sistemas algorítmicos das grandes plataformas digitais que estão localizadas fora do país (mais precisamente na Califórnia) (AMADEU, 2021). Nessa conjuntura, surgem estudos sob diferentes perspectivas como vigilância e coleta de dados pessoais, análise sobre o monopólio tecnológico, políticas de segurança de dados pessoais, entre outros, no intuito de pensar os resultados do processo de coleta e armazenamento de dados. A partir desses estudos, percebe-se implicações diretas na democracia e autonomia da sociedade, como também ações e processos pensados pelo e para o mercado, sob uma lógica que vem (re)produzindo historicamente desigualdades sociais, de gênero, de raça, digitais entre outras que compõem a sociedade.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar a transformação digital do governo e dos serviços públicos no Brasil no contexto político-econômico neoliberal pautado no mercado de dados. O recorte espacial considerado é o nível nacional, sendo o recorte temporal escolhido, para este trabalho, o ano de 2023, considerando a relação entre a intensificação do uso da internet em todos os setores da sociedade e a pandemia da covid-19, que foi impulsionado devido às demandas de continuidade das atividades durante o isolamento social. Em consequência, houve um aumento de políticas e projetos públicos para a transformação digital do governo brasileiro

Portanto, foram analisados os usos e implicações das TIC pelo governo federal, bem como a capacidade de habilidades e usos das tecnologias pela população no território brasileiro. Para isso, a pesquisa está dividida em duas etapas: a primeira etapa consiste na análise da configuração atual do meio técnico-científico-informacional, pautado no mercado de dados e suas implicações na transformação digital do governo federal. A segunda etapa consiste em

caracterizar e identificar a capacidade estatal em TIC e habilidades digitais e usos de tecnologias pela população.

Para alcançar o objetivo delineado, temos como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre as temáticas atinentes ao tema proposto; levantamento de dados quantitativos e qualitativos junto à pesquisa TIC Domicílios 2023 e TIC Governo Eletrônico 2023, realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR e pesquisa nos documentos oficiais do governo federal para a transformação digital, como o documento Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) previsto na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital), conduzido pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Desse modo, o presente trabalho visa contribuir para discussões acerca da transformação digital dos serviços públicos e das históricas desigualdades sociais. Servir de aporte para futuras pesquisas acadêmicas em torno deste tema, bem como, na elaboração de projetos governamentais de garantia de acesso e uso dos serviços públicos digitais e internet.

2. DESENVOLVIMENTO

Ao considerar as transformações que incidem no território a partir dos objetos técnicos dotados de ciência e informação, Milton Santos denomina o espaço geográfico atual de meio técnico científico informacional (SANTOS, 2008), compreendido pela indivisibilidade da ciência, técnica e informação cuja principal característica deste meio é a interação entre o local e global. Assim o espaço geográfico é caracterizado por redes que conectam pessoas, lugares, ideias, informações e objetos inseridos em uma lógica global inerente a todos os territórios. As ações são comandadas por grupos hegemônicos e ecoada em escala mundial, em prol de uma lógica de mercado (neoliberal) que visa exclusivamente o lucro (SANTOS, 1999).

O modelo político-econômico predominante na fase atual do capitalismo é o neoliberalismo, o qual coloca o mercado acima de todas as dimensões da vida. Segundo Andrade, Côrtes e Almeida (2021) este regime de governamentalidade, desdobra-se em diferentes escalas: a) Global ou transnacional, pelas grandes instituições internacionais que organizam o espaço econômico; b) Estado, “Estados corroboram legal e institucionalmente o encapsulamento dos mercados no âmbito nacional, integrando-os à concorrência externa”

(2021, p.1) ; e por último na escala c) Vida cotidiana, o neoliberalismo promove norma de sociedade e subjetividade, pautados na gestão de concorrência. E ainda, basicamente todos os problemas da coletividade tornam-se problemas individuais, da vida privada (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021). É nessa lógica que o mercado de dados se desenvolve, reproduzindo e produzindo normas e modelos que moldam as ações, sociabilidades, racionalidades e comportamentos. (DARDOT; LAVAL, 2002; FARIA, 2017; ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021).

Nesse contexto é importante entender o papel da internet em sua totalidade, como base para o mercado de dados. Nesse sentido, Raffestin (1994) afirma “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1994, p. 157). A rede internet, considerando a sua totalidade, é um instrumento de poder, em movimento e não neutro, formado por códigos lógicos e dotados de intencionalidades, que pode tanto promover espacialidades verticais e hierárquicas quanto espacialidades horizontais e distribuídas. Na mesma direção Schiavi e Silveira (2022) asseveram sobre o controle da infraestrutura física da internet e seus reflexos no controle dos fluxos informacionais, nas palavras deles “tanto Estados nacionais como corporações que provêm acesso à internet teriam capacidade de submeter os territórios ao seu domínio, gerenciamento ou autoridade” (SCHIAVI; SILVEIRA, 2022 p.6).

A partir de estudos sobre este novo modelo de mercado, baseado na extração de dados, Shoshana Zuboff (2020) o chama de capitalismo de vigilância, o qual “reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais.” (ZUBOFF, 2020, p. 18). As máquinas automatizadas não só conhecem nossos comportamentos, como moldam comportamentos, estamos diante da construção de novas subjetividades. Portanto, não trata apenas de uma economia de dados como também de uma economia psíquica. Van Dijck (2014) conceitua este fenômeno como datificação. (SILVEIRA, 2021; VAN DIJCK, 2014).

O processo de datificação nada mais é que dispositivos, hardwares e softwares que servem à conversão de fluxos e ações de pessoas e empresas em dados para fins de armazenamento, processamento e análise (SILVEIRA, 2021; VAN DIJCK, 2014). A dinâmica neoliberal do século XXI viu na datificação uma oportunidade de aumentar a lucratividade.

Só para exemplificar, as quatro marcas mais valiosas do mundo em 2024, de acordo com a Kantar Brand², são Apple, Google, Amazon e Microsoft, todas localizadas na região da Califórnia, no Vale do Silício. Todas essas empresas têm em comum a extração de dados pessoais como fonte importante de rendimento. Sendo que 90% do faturamento da empresa Google é proveniente da operação com dados pessoais.

Outro conceito utilizado dentro desse contexto é o de capitalismo de vigilância, Srnicek (2018) argumenta que o capitalismo está passando por uma mudança significativa, onde as plataformas digitais não apenas facilitam transações entre usuários, mas também capturam e centralizam enormes quantidades de dados. Central para sua análise está a ideia de que as plataformas digitais operam como infraestruturas econômicas essenciais, controlando ecossistemas inteiros de produção, distribuição e consumo. Ao concentrar dados e usuários em suas redes, essas plataformas não apenas dominam mercados, mas também moldam comportamentos e práticas econômicas.

Em uma perspectiva latino-americana, Ricaurte (2019) afirma que na economia de dados, intensificou-se a colonialidade, termo cunhado por Anibal Quijano (1992). De acordo com autora citada, assim como no período colonial, estruturas dominantes históricas se apropriam das tecnologias para propagarem e intensificarem seus poderes no movimento que vai do centro para a periferia, deixando a margem ou desvalorizando epistemes, modos de vidas e saberes locais, cujo processo ela define de colonialidade de dados, termo utilizado também por pesquisadores do tema, como Pinto (2018) e Silveira (2021) para discutir a extração de dados pelas grandes corporações.

Ainda de acordo com Pinto (2018) nessa esteira do mercado de dados, o setor público e privado estão se fundindo em corporações em busca de dominação global. Esse ordenamento é característico do neoliberalismo como já citado anteriormente, fazendo referência ao artigo de Andrade, Côrtes e Almeida (2021) sobre o esvaziamento da democracia no neoliberalismo.

As transformações tecnológicas estão presentes em todos os âmbitos da vida em sociedade, seja no setor privado e público. E entre tantas mudanças, o governo brasileiro vem

² As 100 marcas mais valiosas do mundo. Disponível em: < <https://www.kantar.com/campaigns/brandz/global>>
Acesso em: 25 abr. 2024

criando uma série de medidas de implementação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) visando a transformação digital do governo: governança digital, oferta de serviços públicos digitais, uso de TIC na administração pública, tanto em políticas públicas nas “áreas fim” como em políticas de gestão pública e participação cidadã. O intuito dessas medidas é melhorar a eficiência administrativa, a transparência e a participação cidadã.

No entanto, é preciso analisar a transformação digital do governo considerando a realidade brasileira (CUNHA; MIRANDA, 2013), como também o contexto mundial da era digital à luz dos autores supracitados. O qual é o objetivo do presente trabalho. A implementação da transformação digital no governo brasileiro enfrenta desafios significativos, como a infraestrutura tecnológica e inclusão digital da população. É um país marcado pela desigualdade regional, logo o acesso às TIC também é desigual.

Outro obstáculo crucial é a proteção e segurança dos dados, dado o aumento dos riscos cibernéticos e a necessidade de garantir a privacidade dos cidadãos em um ambiente digital. Para enfrentar esses desafios, é fundamental um planejamento estratégico que inclua a modernização da infraestrutura, programas de capacitação e políticas robustas de segurança da informação, além de iniciativas que promovam a inclusão digital e a transparência na gestão pública. Para este trabalho nos deteremos ao desafio das desigualdades de acesso e uso das TIC e transformação digital do governo à luz da bibliografia supracitada. E no decorrer do desenvolvimento da pesquisa abordaremos a questão da vigilância e segurança de dados.

2.1 Transformação digital do governo e serviços públicos

Segundo o painel de monitoramento de serviços federais³, existem 4.986 serviços online e cerca de 221 órgãos integrados a esses serviços em 2023 em nível federal. De acordo com a Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027 (EFGD), o objetivo da transformação digital é aprimorar a eficiência, a transparência, a acessibilidade e o impacto positivo dos serviços

³ painel de monitoramento de serviços federais. Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/transformacao-digital/central-de-qualidade/painel-de-monitoramento-de-servicos-federais>>. acesso em: 10. fev. 2024

governamentais, bem como fortalecer a participação cidadã e impulsionar a inovação tecnológica e criar uma administração pública mais moderna, ágil e centrada no cidadão.

Cunha e Miranda (2013) apresentaram uma sistematização das transformações digitais do governo e serviços públicos de acordo com três grupos distintos, isto é, uma análise por áreas de intervenção dos projetos que envolvem as tecnologias: e-administração pública, e-serviços públicos e e-democracia. A 1) e-administração pública, pressupõe a implementação de tecnologias da comunicação e informação nos processos governamentais e no trabalho interno do setor público; 2) e-serviços públicos, prevê a transformação dos serviços prestados ao cidadão, no sentido de oferecer serviços de forma digital e online; e a 3) e-democracia, são as iniciativas do governo para incentivar a participação do cidadão nas tomadas de decisão.

De acordo com Viana (2021), a transformação digital do governo e dos serviços públicos ocorre de forma gradual e pode ser analisada considerando as seguintes fases/etapas: i) presencial ou informacional, nessa etapa acontece apenas a digitalização das informações disponíveis as quais são hospedadas em uma página própria, sem a necessidade de reengenharia de processos administrativos; ii) segunda fase é a da interação, nessa etapa há a prestação de serviços. como por exemplo: ferramentas de busca, downloads de arquivos e formulários.; iii) terceira fase, a de transação, corresponde na interação entre governo e cidadão. e 4ª) última fase é a transformação, consiste na interoperabilidade entre os sistemas de diversas entidades, isto é, há uma troca de informações entre as diversas entidades governamentais.

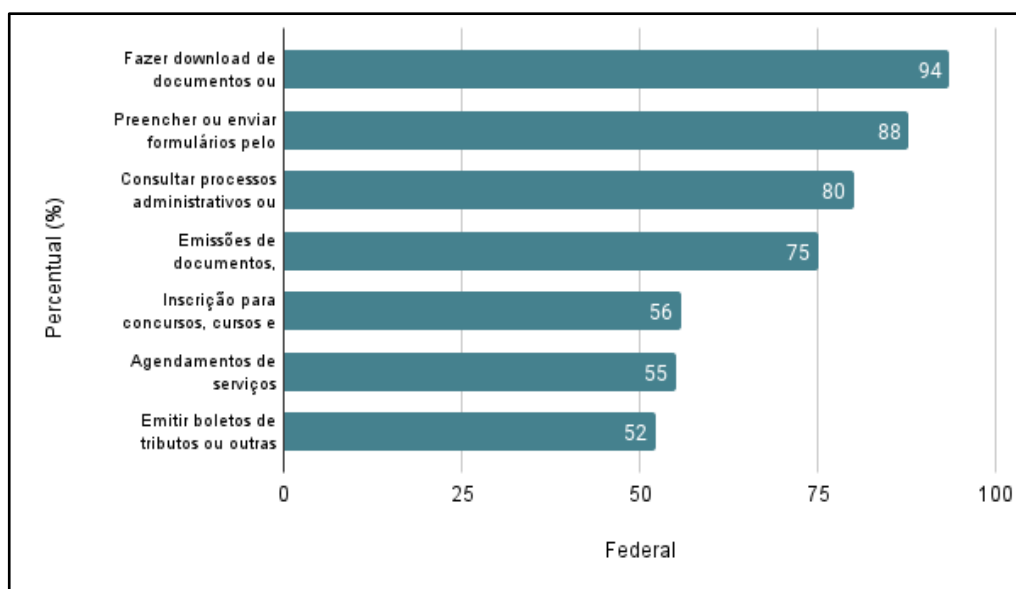
Em relação ao cenário brasileiro, considerando a Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027⁴, que está em fase final de elaboração e surgiu devido a necessidade de atualização da Estratégia de Governo Digital 2020-2023, este documento apresenta uma série de princípios para a transformação digital do governo, tais como: governo integrado e colaborativo, governo transparente, aberto e participativo, governo confiável e seguro, governo centrado no cidadão e inclusivo. Com base no estudo de Viana (2021), o governo brasileiro enquadra suas medidas na quarta fase da transformação digital, que consiste em medidas voltadas para interoperabilidade e transformação no processo de oferta de serviços. No entanto é necessário também analisar

⁴ Estratégia Federal de governo digital Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/sisp/egd2024/egd2024>> acesso em: 22. mar. 2024

essa iniciativa à luz dos trabalhos de Shoshana Zuboff (2020) e Nick Srnicek (2018) e das desigualdades regionais (SANTOS, 2008).

A partir dos dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2023, realizada pelo Cetic.br, departamento do NIC.br ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foram analisadas as áreas de intervenção de transformação digital do governo em nível federal à luz da proposta de Cunha e Miranda (2023). Vale destacar que no presente trabalho foram destacados os grupos e-serviços e e-democracia (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Gráfico 1: Órgãos públicos federais, por tipo de serviço disponibilizado no website - 2023

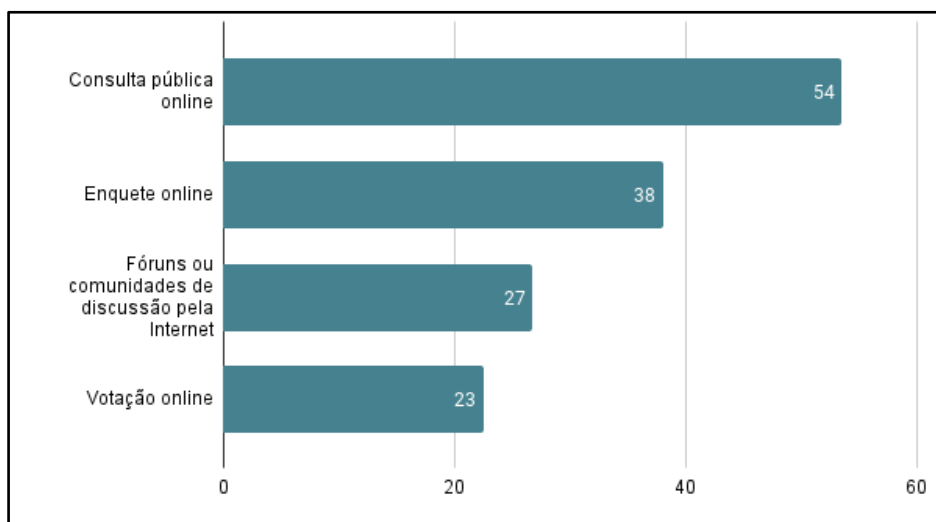


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2023

Em relação ao e-serviços, com base nos dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico, 94% dos órgãos públicos federais possuem websites, sendo que 72% disponibilizam aplicativos, e 82% oferecem websites adaptáveis para telefone móvel. Em relação a oferta de serviços, a maioria dos órgãos disponibilizam o serviço de fazer download de documentos e formulários (94%) e preencher e enviar formulários (88%) (Gráfico 1). Ao analisar os serviços mais procurados pelos cidadãos, apenas 62% dos órgãos disponibilizam o serviço inteiramente. Com base nesses dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2023, e nos dados de participação cidadã, infere-se que apesar das inúmeras tentativas das estratégias de transformação digital no

âmbito da fase de transformação, os órgãos públicos federais estão na segunda fase, ou seja, na fase de interação (VIANA, 2021).

Gráfico 2: Órgãos públicos federais, por forma de participação do cidadão pela internet - 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2023

Em relação a e-democracia, a forma predominante de contato entre órgãos federais e cidadãos é via e-mail (98%), quanto ao atendimento por chat com atendentes em tempo real apenas 36% dos órgãos federais disponibilizam essa ferramenta de comunicação. Em relação ao principal tipo de participação cidadã, constata-se que é a consulta pública online (54%), como consta no gráfico 2. Mas de modo geral existem poucas iniciativas ou iniciativas ineficazes de participação cidadã em nível federal. Esses resultados refletem a necessidade de melhor adaptação das organizações públicas em todo o país, no sentido de permitir mais formas de participação cidadã.

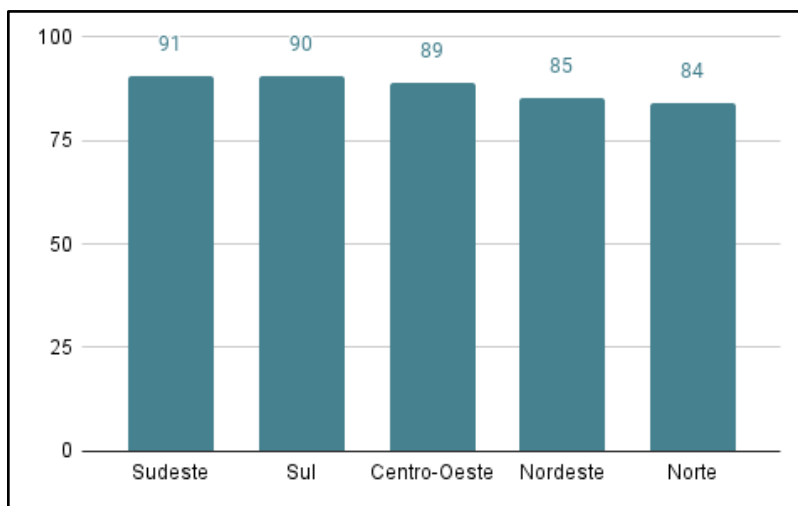
A partir dos dados apresentados é possível inferir que os objetivos da transformação digital estão muito aquém dos disposto nos documentos e leis de governo digital no Brasil. Nesse contexto de mercado de dados, é necessário medidas de fato que contribuam para eficiência, transparência, acessibilidade dos serviços governamentais; que fortaleçam a participação cidadã e impulsionam a inovação tecnológica; além de criar uma administração pública mais moderna, ágil e centrada no cidadão como consta no plano de transformação digital. assunto que será aprofundado melhor até o final da pesquisa.

Outro ponto importante a destacar nesse escopo é que a implementação de tecnologias digitais no governo intensifica a datificação (VAN DIJCK, 2014), pois cada interação entre cidadão e estado é registrada e analisada, influenciando políticas públicas e a própria dinâmica da cidadania. Essas transformações sugerem uma reconfiguração das relações de poder e privacidade no âmbito estatal, conforme o governo se adapta aos paradigmas do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2018). Além disso, é necessário entender o cenário da internet no Brasil, entender quem tem acesso e habilidades para utilizar os serviços disponibilizados pelo governo. E pensar soluções para a população que não tem acesso e nem habilidades com as TIC, assunto que será abordado no próximo tópico.

2.2 Cenário do uso e acesso à internet no território brasileiro

Não tem como falar de transformação digital do governo sem considerar a espacialidade do uso e acesso à internet no território brasileiro. De acordo com os dados da pesquisa TIC domicílios 2023, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, que levanta dados anualmente sobre informações do acesso e uso das TIC no território, a proporção de usuários⁵ da internet representa 88% do total da população.

Gráfico 3: Usuários da internet por grandes regiões - 2023

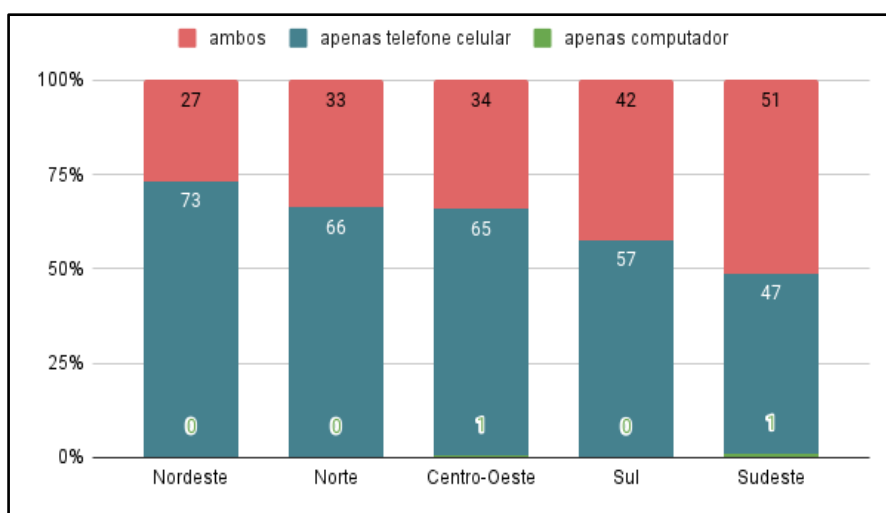


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa TIC Domicílios 2023

⁵ Usuário é considerado indivíduo que acessou a internet nos últimos três meses, seja via banda larga móvel ou fixa ou dados móveis (TIC Domicílios 2023).

No Gráfico 3 é possível perceber que o maior número de pessoas conectadas à internet estão localizadas na região Sudeste (91%) e o menor número está localizado na região Norte (84%). O Gráfico 4 apresenta a proporção de usuários de internet por tipo de dispositivos utilizados para acessar a rede.

Gráfico 4: Usuários de internet por tipo de dispositivo utilizado de forma exclusiva ou simultânea por grandes regiões - 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa TIC Domicílios 2023

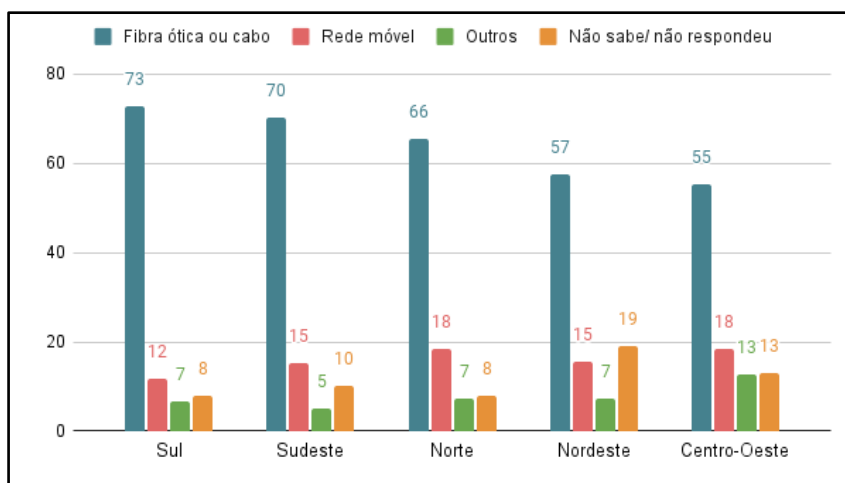
Em relação ao acesso exclusivo pelo celular, de acordo com os dados da pesquisa TIC domicílios 2023, mais da metade dos usuários de internet no Brasil acessa a internet exclusivamente por telefone celular (58%), sendo que existe uma diferença significativa quando se observa esses dados por região. Mais de 70% dos usuários de internet da região Nordeste acessam a rede exclusivamente por telefone celular (73%), ao passo que menos da metade (47%) dos usuários da região Sudeste acessam a rede exclusivamente pelo telefone celular (Gráfico 4). Segundo a literatura (HELSPER 2019; ARAÚJO, 2019; ARRETCHE 2019; ZÉRATE; PÉREZ, 2019) o uso da internet a partir de vários dispositivos está associado a um número maior de atividades na internet enquanto o uso da internet exclusivo por celular limita as atividades na internet do usuário, como por exemplo acessar e utilizar os serviços oferecidos pelo governo digital.

Vale destacar também que ao passo que 58% dos usuários de internet acessam a internet por telefone celular, apenas 72% dos órgãos federais disponibilizam aplicativos de celular.

Variáveis como cor, gênero, idade e classe também são importantes para compreender esse cenário no Brasil.

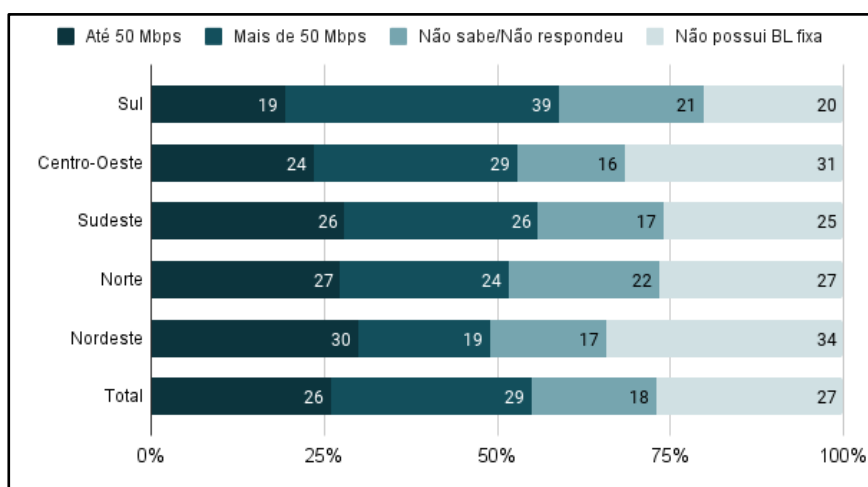
O tipo e velocidade de conexão à internet dos domicílios (Gráficos 5 e 6), está diretamente relacionado ao tipo de atividade realizada na internet, uma vez que o acesso à internet via banda larga fixa é permanente e comporta maior quantidade de transmissão de dados, o que permite ampliar o acesso à educação, saúde, cultura, comunicação, participação social e informação (ALVES, 2013).

Gráfico 5: Tipo de conexão à internet por região - 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa TIC Domicílios 2023

Gráfico 6: Velocidade de conexão à internet por grandes regiões - 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa TIC Domicílios 2023

Embora o número de acesso à internet via conexão fibra ótica tenha crescido ao longo dos anos, em 2023, apenas 66% dos domicílios tinham acesso à internet via fibra ótica ou cabo, e apenas 29% dos domicílios tinham acesso à internet com velocidade acima de 50 Mbps. Na região Centro-Oeste se localiza a menor taxa de domicílios com acesso à internet via fibra ótica 55%, ao passo que 18% dos usuários acessam a internet via rede móvel. Na região Norte os dados são semelhantes, 18% dos usuários acessam a internet via rede móvel (Gráfico 5).

Em relação a velocidade (Gráfico 6), a maior taxa de pessoas conectadas à internet com velocidade abaixo de 50 Mbps está na região Nordeste (30%), Norte (27%) e Sudeste (26%). E o maior número de pessoas conectadas à internet via fibra ótica e velocidade acima de 50 Mbps está localizado na região Sul. Esses dados representam um dos desafios para a transformação digital do governo, considerando 1) o tipo de dispositivo utilizado, 2) tipo de conexão utilizada e 3) habilidades as quais estão diretamente relacionadas com o tipo de acesso, uso e habilidades dos serviços públicos digitais.

Nessa mesma perspectiva, Helsper (2019) aponta três níveis de exclusão digital que devem ser considerados nas formulações de políticas públicas. Exclusão digital de primeiro nível que envolve a falta de infraestrutura de acesso. Esse fator segue sendo um obstáculo para o engajamento dos indivíduos com as TIC, segundo a autora, os indivíduos que historicamente estão em desvantagem social apresentam menores chances de possuírem conexões de alta velocidade e de melhor qualidade, “situação que os coloca em desvantagem ainda maior em sociedades em que os serviços, o comércio, e a vida social estão cada vez mais mediados pelas tecnologias digitais”. Se o acesso é limitado o uso também será.

Consequentemente, aparece o segundo nível de exclusão digital, que são as diferenças no uso da internet, no que tange às competências e as formas de uso das TICs, segundo contextos socioeconômicos e sociodemográficos como etnia, gênero, grau de instrução. (MACIEL, 2020) o que leva ao terceiro nível de exclusão: desigualdades de oportunidades e para os riscos aos quais as pessoas de diferentes contextos estão expostas no dia a dia. Os resultados do uso das TIC podem ser negativos ou positivos de acordo com o uso. O usuário pode encontrar emprego, fazer pesquisas, estudar, trabalhar pela internet, filtrar vírus, reconhecer fake news, conhecer as vulnerabilidades de segurança e vigilância de dados, ao mesmo tempo que está vulnerável a golpes, roubo de identidade, discriminação, desinformação,

portanto desenvolver habilidades de uso da internet é fundamental no contexto de transformação digital (HELSPER, 2019).

Esse panorama do cenário do uso e acesso à internet no território brasileiro, confirma a desigualdade do uso e acesso da internet entre as regiões, e a fragilidade na abrangência do e-serviços e e-participação (CUNHA; MIRANDA, 2013) da sociedade e as oportunidades do governo digital, nos moldes que consta nos documentos do governo digital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico e dos dados apresentados neste trabalho, procuramos evidenciar os usos e implicações das TIC pelo governo federal, e a capacidade de habilidades e usos das tecnologias pela população no território brasileiro. Como resultados percebemos que parte significativa da população acessa a internet via rede móvel, ou velocidade abaixo de 50 Mbps (Gráficos 5 e 6) e de forma predominante, o dispositivo utilizado para acessar a internet é exclusivamente por telefone móvel (Gráfico 4). E quando analisado por região, percebemos as discrepâncias entre o tipo de conexão e dispositivo utilizado de forma exclusiva entre as regiões, sendo a região Nordeste a que apresenta a maior taxa de usuários que acessam a internet exclusivamente por telefone celular, e com velocidade de internet abaixo de 50 Mbps.

Esses dados evidenciam duas barreiras para o desenvolvimento da transformação digital do governo federal: 1) a qualidade de conexão à internet 2) Significativo número de pessoas que não estão conectadas à internet e que desconhecem as ferramentas de prestação de serviços. O tipo de dispositivo e conexão utilizados para acessar a rede internet estão diretamente ligados ao tipo de atividade realizada na internet pelo usuário (HELSPER, 2019). Isso é um fator limitante para alcançar um dos objetivos explícitos no plano de estratégia de transformação do governo federal: fortalecimento da participação cidadã. E deixa lacunas também em relação às pessoas que não estão conectadas à rede internet mas são usuárias ou demandam pelos serviços públicos em nível federal, principalmente no setor da saúde.

O Brasil é caracterizado por uma profunda desigualdade social, de gênero, de raça, territorial, e este fato precisa ser considerado nos planos de transformação digital do governo.

É necessário considerar as três dimensões da exclusão digital na elaboração de políticas públicas. Propõe-se, em consequência, fomentar novamente o Plano Nacional de Banda Larga, projeto que visava a universalização da banda larga no Brasil.

Considerando o contexto político econômico neoliberal, caracterizado pelo mercado de dados e protagonizado por grandes monopólios tecnológicos, é fundamental entender o papel do Estado e o desenvolvimento da transformação digital do governo brasileiro, colocando em evidência dois aspectos: segurança e vigilância dos dados pessoais e acesso da população a esses serviços.

Outras implicações do presente trabalho é pensar pesquisas em torno de temas que versem sobre o desenvolvimento tecnológico diferente dos valores dominante, cujo fim é o lucro, pensar no desenvolvimento como categoria política. Pensar como a transformação digital do governo brasileiro pode potencializar políticas de desenvolvimento regional pautadas no social e político dos atores locais.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Sílvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. Cadernos CRH. Vol. 34, Salvador, 2021, p. 1-25.

CUNHA, M. A. V. C. da; MIRANDA, P. R. M. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. Organizações e Sociedade, vol. 20, n. 66, Salvador, 2013, p. 543-566.

DIJCK, Jose Van. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, 2014. p. 197-208.

DARDOT, Pierre; LARVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Jansen. Neoliberalismo, cidade e cidadania: questões sobre o esvaziamento político do espaço público na metrópole brasileira. *Indisciplinar*, 4(5), 2017, p. 172–197.

HELSPER, Hellen Johanna (Ed.). Por que estudos baseados em localização oferecem novas oportunidades para uma melhor compreensão das desigualdades sociodigitais. In: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR) (São Paulo) (Ed.). *Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre acesso e uso da internet na cidade*

de São Paulo. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. p. 19-44. Disponível em: <file://desigualdades_digitais_no_espaco_urbano%20(nic.br).pdf>. Acesso em: 02 mar 2024.

CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023. São Paulo: CGI.br, 2023.

CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2023. São Paulo: CGI.br, 2023.

PINTO, Renata Ávila. Soberania digital ou colonialismo digital?. SUR Revista Internacional de Direitos Humanos. v.15. n.27, 2018.15-28 p.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. Television e New Media, v. 20, n. 4, p. 350-365, 2019.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do poder. Brasília: Atica, 1993.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Poder no ciberespaço: o Estado-nação, a regulamentação e o controle da Internet (Dissertação de mestrado). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2020

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In:

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (org.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: autonomia literária, 2021. 33 – 52 p

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo. 2017

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHIAVI, Iara; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A cidade neoliberal e a soberania de dados: mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.14, 2022

VIANA, Ana Cristina Aguilar. Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital. Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, Santa Fe, vol. 8, n. 1, Santa Fe: 2021. p. 115-136

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. in: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (org.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. 17-68 p.

ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020